

A GESTÃO DO CONHECIMENTO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

***Simone Assis Medeiros¹, Vânia Natal de Oliveira², Nivaldo Oliveira³,
Rosiane Maria Oliveira⁴, Cláudio Fabiano Kloss⁵***

¹ Mestranda em Administração Pública pela Universidade Federal de Lavras, Especialista em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação e graduação em Biblioteconomia pelo Centro Universitário de Formiga – UNIFOR/MG, Bibliotecária da Universidade Federal de Lavras, MG. *E-mail:* siamedeiros@biblioteca.ufla.br

² Especialista em Gerenciamento de Micro e Pequenas Empresas pela Universidade Federal de Lavras, Especialista em Paradigmas emergentes nos serviços informacionais: gestão, indexação e disseminação e graduação em Biblioteconomia pelo Centro Universitário de Formiga – UNIFOR/MG, e Bibliotecária da Biblioteca da UFLA. *E-mail:* vania@biblioteca.ufla.br

³ Mestrando em Administração pela Universidade Federal de Lavras, Especialista em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação e graduação em Biblioteconomia pelo Centro Universitário de Formiga – UNIFOR/MG, Bibliotecário da Universidade Federal de Lavras, MG. *E-mail:* nivaldo@biblioteca.ufla.br

⁴ Especialista em Tecnologias de Informação e Comunicação no Ensino Fundamental pela Universidade Federal de Juiz de Fora e graduação em Biblioteconomia pelo Centro Universitário de Formiga - UNIFOR/MG, Bibliotecária da Universidade Federal de Lavras, MG. *E-mail:* rosianemaria@biblioteca.ufla.br

⁵ Técnico em Tecnologia da Informação da Coordenadoria de Recursos Tecnológicos da Biblioteca da Ufla. *E-mail:* ckloss@biblioteca.ufla.br

Resumo

O artigo discute o projeto de criação e implantação do Repositório Institucional da Universidade Federal de Lavras, RI/Ufla. A finalidade é coletar, armazenar e divulgar a produção científica e acadêmica, aumentando assim a visibilidade e o prestígio da instituição em âmbito nacional e internacional. Busca otimizar a gestão de investimentos em pesquisa na universidade, na promoção da transparência dos gastos públicos e apoio às atividades de pesquisa e criação do conhecimento científico. A implantação do RI/Ufla será mediante adesão ao edital do Ibict, onde será desenvolvido em duas fases: planejamento e implementação. Este estudo aborda também um histórico das ações implantadas pelo Ibict e Finep em prol do movimento de acesso livre ao conhecimento científico, bem como uma breve revisão de literatura sobre a sociedade do conhecimento, sociedade em rede e as tecnologias de informação e comunicação (TICs). Como técnica de pesquisa, adotou-se uma abordagem qualitativa, utilizando-se de revisão bibliográfica e pesquisa exploratória. O método de coleta de dados adotado foi a partir de informações fornecidas pela universidade.

Palavras-chave:

Repositório Institucional; Comunicação científica; Acesso aberto; Transparência pública.

Abstract

The paper discusses the design creation and implementation of the Institutional

Repository of the University Federal de Lavras, RI/Ufla. The purpose is to collect, store and disseminate the scientific and academic production, thereby increasing the visibility and prestige of the institution nationally and internationally. Seeks to optimize the management of investments in university research, promoting transparency in public spending and support the research and creation of scientific knowledge. The implementation of the RI/Ufla is through adherence to the Ibict edict, which will be developed in two phases: planning and implementation. This study also addresses a history of actions implemented by Ibict and Finep the movement towards open access to scientific knowledge, as well as a brief literature review of the knowledge society, network society and information and communication technologies (ICTs). As technical was adopted a qualitative approach, using literature review and exploratory research. The data collection method used was based on information provided by the university.

Keywords:

Institutional Repository; Scientific Communication; Open Access; Public transparency.

1 Introdução

A denominada sociedade do conhecimento, onde a informação ganha destaque, seja para adquirir novos conhecimentos ou como forma de transparência pública, é uma realidade presente nos dias atuais. Nos últimos anos, tem crescido exponencialmente o debate e as iniciativas relacionadas à democratização do acesso à literatura científica e aos sistemas de informação em ciência e tecnologia. Em prol do avanço da ciência, é necessário que o conhecimento produzido esteja acessível para ser compartilhado com a comunidade científica. No universo das instituições de ensino superior, a informação é abordada como fonte e geração de novos conhecimentos. Portanto, hoje se discute muito como disponibilizar essa informação, como disseminá-la, qual a melhor forma de armazená-la e preservá-la, visando o seu acesso.

Um dos problemas encontrados é que parte da informação produzida nas universidades não está disponível para a comunidade acadêmica da própria instituição. Isso ocorre devido a fatores como: falta de espaço físico, os custos dos documentos, a carência de funcionários, a pressão de editores por exclusividade, entre outros.

Tendo em vista esses entraves, como inserir a Ufla no contexto do movimento do acesso livre às publicações da sua comunidade acadêmica e de suas pesquisas? Levando em consideração esta questão, o artigo tem como objetivo discutir o projeto de criação e implantação do Repositório Institucional da Universidade Federal de Lavras, RI/Ufla.

A implantação do RI pela Ufla mostra-se como um importante meio para cumprir com sua missão quando cita a disseminação da cultura acadêmica, do conhecimento científico e tecnológico na sociedade¹.

¹ Missão: manter e promover a excelência no ensino, na pesquisa e na extensão, formando cidadãos

Visando ampliar os resultados das pesquisas científicas nas Universidades, em 2007, por meio da Portaria n. 13 da Capes, a Biblioteca Universitária implanta a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), um dos primeiros passos para tornar acessível sua produção científica diante do contexto atual de geração de conhecimentos, a busca de financiamentos e a transparência dos recursos públicos. Como proposta de trabalho de pesquisa de mestrado em Administração Pública, busca-se a implantação do RI na Universidade, baseado no modelo de interoperabilidade de acesso livre - Open Archives.

2 Origem dos RIs

Visando abordar a perspectiva dos Repositórios Institucionais, bem como o gerenciamento e acesso à informação acadêmica, cabe relatar a evolução da chamada sociedade da informação ou sociedade do conhecimento e como é definida atualmente. A partir daí, dar enfoque ao papel das universidades inseridas nesse contexto. Para Silva (2007, p. 2), “a sociedade de informação é aquela onde se faz uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC) para fazer a troca de informação digital entre indivíduos e assegurar a comunicação entre estes”.

Castells (1999) define a sociedade atual como uma ‘sociedade em rede’, na qual as estruturas, funções e processos dominantes estão organizados em torno de nós ou ligações, constituindo a nova morfologia social de nossa sociedade. A difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura.

De acordo com Santos (2002), o nosso tempo é um tempo paradoxal. Tempo de grandes avanços e transformações dramáticas, designadas por revolução da informação e da comunicação, revolução eletrônica, revolução da genética e da biotecnologia. Nesse discurso, vale mencionar Giddens (1999) que diz que a revolução das comunicações e a difusão da tecnologia da informação estão profundamente ligadas a processos de globalização. Essa globalização segundo ele, afeta vários aspectos da sociedade.

Com a globalização e a introdução em grande escala das tecnologias de comunicação e informação, foi gerada uma demanda para o uso da Web para a disseminação dos resultados de pesquisas. Isso é confirmado por Lynch (2003), o qual diz que algo extraordinário ocorreu na revolução contínua da informação em rede, mudando a dinâmica entre inovação individualmente orientada, o progresso institucional, e da evolução das práticas disciplinares acadêmicas. Este mesmo autor ainda ressalta que o desenvolvimento de repositórios institucionais surge como uma nova estratégia que permitiu às universidades assumir o papel de editoras, modernizando os processos de publicação e divulgando a produção acadêmica em conteúdo digital.

As universidades e as bibliotecas têm um papel essencial nas transformações científicas e tecnológicas no mundo. Segundo Costa e Leite (2009), uma das principais contribuições de repositórios institucionais para as bibliotecas de pesquisa

e profissionais qualificados, produzindo conhecimento científico e tecnológico de alta qualidade e disseminando a cultura acadêmica, o conhecimento científico e tecnológico na sociedade (PDI, aprovado em 19 de maio de 2011).

é, certamente, a melhoria do seu status no seio da comunidade acadêmica, além de ser aumentada significativamente a parceria dos bibliotecários com os pesquisadores.

Com isso, buscou-se alternativas viáveis para gerenciar e tornar essa informação disponível. Foi então que surgiram modelos alternativos para comunicação científica, tais como repositórios institucionais e temáticos, periódicos de acesso aberto, constituindo hoje o Movimento pelo Acesso Aberto à Informação Científica (LEITE, 2009).

Desde 2004, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) vem trabalhando na sensibilização da comunidade científica quanto à importância do acesso livre ao conhecimento científico. O lançamento do Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica em 2005 é o primeiro desdobramento político no Brasil de um movimento internacional amplo de apoio ao livre acesso à informação científica (MARCONDES; SAYÃO, 2009).

No Brasil, o acesso livre ainda enfrenta muitas barreiras, pois o sistema de comunicação científica tradicional limita, mais do que expande, a disponibilidade e legibilidade da maior parte da pesquisa científica ao mesmo tempo em que obscurece suas origens institucionais (JOHNSON, 2002).

Dessa forma, não basta apenas publicar, os trabalhos científicos precisam ser divulgados de maneira eficiente para que possam ser utilizados e citados, promovendo a troca de conhecimento (MACIAS-CHAPULA, 1998). O acesso à informação técnico-científica se torna fundamental para o desenvolvimento da ciência, pois permite maior visibilidade e disseminação da produção científica brasileira.

As iniciativas relacionadas ao acesso livre promovem maior visibilidade das pesquisas, intensificação do uso e impacto destas, intercâmbio entre os pesquisadores brasileiros e seus pares internacionais, governança no investimento em ciência, bem como transparência desses investimentos (KURAMOTO, 2010).

No contexto governamental, nas universidades e órgãos de pesquisas públicas, onde existe a captação de recursos pelas agências de fomento, o foco é o acesso à informação como promoção da transparência dos gastos públicos. Estes órgãos necessitam rastrear os resultados de seus investimentos em projetos e programas de pesquisa (LEITE, 2009). Dessa forma, as pesquisas financiadas com recursos públicos devem estar publicamente acessíveis.

Existem meios controladores e fiscalizadores por parte das instituições de pesquisa e agências de fomento, visando à divulgação das pesquisas produzidas pelas universidades e institutos de pesquisas. A Capes, desde 2006, por meio da Portaria n.13², institui a divulgação digital das teses e dissertações para fins de acompanhamento e avaliação destinados à renovação periódica do reconhecimento dos programas de mestrado e doutorado. Em seu Art. 5º desta portaria, diz que “o financiamento de trabalho com verba pública, sob forma de bolsa de estudo ou auxílio de qualquer natureza concedido ao programa, induz à obrigação do mestre ou doutor apresentá-lo à sociedade que custeou a realização”.

² Art. 1º Para fins de acompanhamento e avaliação destinados à renovação periódica do reconhecimento, os programas de mestrado e doutorado deverão instalar e manter, até 31 de dezembro de 2006, arquivos digitais, acessíveis ao público por meio da Internet, para divulgação das dissertações e teses de final de curso.

Nesse contexto, as instituições públicas estão buscando criar seus repositórios para além de promover o acesso, o armazenamento e a divulgação das informações produzidas em seu âmbito institucional, e também transparência aos investimentos feitos em pesquisa. Além disso, uma das finalidades dos RIs é que eles sirvam como indicadores da qualidade da instituição, pois a publicação dos trabalhos dos pesquisadores reflete de forma positiva para a universidade, trazendo assim mais financiamentos para a instituição.

Adota-se aqui a definição de Repositório Institucional (RI) segundo Lynch (2003, p. 2):

[...] um conjunto de serviços que a universidade oferece para os membros de sua comunidade para o gerenciamento e a disseminação de conteúdos digitais, criados pela instituição e membros da sua comunidade. É essencialmente um compromisso organizacional com a gestão desses conteúdos digitais, inclusive preservação de longo prazo, quando apropriado, bem como organização e acesso ou distribuição.

De acordo com o ranking ROAR³ (Registry of open Access Repositories, 2011), hoje o Brasil ocupa o 3º lugar com 94 repositórios à frente do Japão com 89. Isso se deve principalmente a iniciativas e apoio de órgãos como Ibict, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e a Capes.

O Ibict, em 2008, lançou um edital para distribuir às universidades e às instituições de pesquisa públicas, kits tecnológicos para implantação de repositórios. Essa ação é aderente ao que determina o PL 1120/2007⁴ em tramitação na Câmara dos Deputados, que determina as ações de adoção da política e dos repositórios institucionais, e que se tornarão obrigatórias na medida em que esse projeto de lei venha a ser aprovado. No Art. 1º. § 4º deste projeto, diz que *toda a produção científica resultado de pesquisas que receberam apoio financeiro proveniente do governo federal, estadual e municipal, deverão disponibilizar suas pesquisas a toda sociedade.*

Em especial, com a criação dessa rede de repositórios institucionais, abre a possibilidade de obtenção de indicadores que orientem os rumos da ciência e tecnologia no país, promovendo maior transparência e governança nos investimentos em pesquisa científica e mostrando à sociedade brasileira o produto advindo dos impostos e taxas pagas por ela (ROLLEMBERG, 2011). Além disso, com a gestão do RI, é possível fazer um mapeamento do conhecimento no ambiente acadêmico e responder quem pesquisa o que e onde.

No Brasil, as iniciativas relacionadas à divulgação da comunicação científica surgiram com o Ibict e a Finep. Com a criação da BDTD pelo Ibict, são coletados diariamente metadados das teses e dissertações das universidades de todo país. No entanto, segundo Kuramoto (2010), ainda não se conseguiu dominar a interoperabilidade humana. A meta do Ibict é desenvolver uma rede de RI semelhante à BDTD, mas que considere o depósito, arquivo e disseminação de outras produções científicas para além das teses e dissertações.

A partir daí, por intermédio do uso de padrões como a Iniciativa dos Arquivos Abertos - *Open Archives Initiative* (OAI-PMH) e o Dublin Core, o Ibict teve condições

³ Disponível em: <<http://roar.eprints.org/>>. Acesso em: 2 dez. 2011.

⁴ Ver referência Rollemberg (2007).

técnicas para propor em 2005 o desenvolvimento de um novo projeto, que foi submetido à Finep. Esse projeto denominou-se Portal de Publicação Seriada de Acesso Livre (PCAL). Os propósitos principais desse projeto de acordo com Kuramoto (2010, p. 64) “são o de registrar e disseminar a produção científica brasileira, tendo como objetivo principal o desenvolvimento de um portal que integrasse o conteúdo das publicações seriadas eletrônicas, assim como os conteúdos dos RI brasileiros.”

Para se ter sucesso na implantação de RIs, Costa e Leite (2009, p. 180) ressaltam que as experiências bem sucedidas têm mostrado que dois pontos são fundamentais:

Grande empenho e conhecimento profundo das questões envolvidas com o tema acesso aberto, por parte dos stakeholders das iniciativas. Políticas de acesso aberto, políticas de funcionamento de repositórios, política de depósito compulsório, modelo open archives, direitos autorais, modelos de negócios e sustentabilidade, preservação digital, hábitos de comunicação e padrões de comportamento informacional da comunidade, são algumas das questões importantes que não se pode negligenciar.

Passados alguns anos, vemos várias iniciativas e experiências quanto a criação de RIs. Nesse cenário, uma das pioneiras foi a Universidade Federal da Bahia (Ufba) que, no ano de 2007, deu início a implantação do seu RI, apoiada pelo IbiCT. A Universidade do Minho em Portugal, primeira instituição de língua portuguesa a instalar um RI, serviu de modelo para o projeto da Ufba (ROSA; MEIRELHES; PALACIOS, 2011).

Assim, esse projeto em fase de implantação e desenvolvimento na UFLA vem contribuir muito para a disseminação, armazenamento e acesso ao conhecimento científico da sociedade.

3 Materiais e métodos

Segundo Yin (2010, p. 22), “o estudo de caso é a pesquisa preferida quando predominam questões dos tipos “como?” e “por quê?”, ou quando o pesquisador detém pouco controle sobre os eventos e ainda quando o foco se concentra em fenômenos da vida real”.

Este trabalho é um estudo de caso desenvolvido na Biblioteca da Universidade Federal de Lavras (Ufla), uma instituição de ensino superior federal. O artigo discute o projeto de criação e implantação do Repositório Institucional da Universidade Federal de Lavras, RI/Ufla. A finalidade é coletar, armazenar e divulgar a produção científica e acadêmica, aumentando assim a visibilidade e o prestígio da instituição em âmbito nacional e internacional. Busca otimizar a gestão de investimentos em pesquisa na universidade, na promoção da transparência dos gastos públicos e apoio às atividades de pesquisa e criação do conhecimento científico.

Como técnica de pesquisa, adotou-se uma abordagem qualitativa, utilizando-se de revisão bibliográfica e pesquisa exploratória. O método de coleta de dados adotado foi a partir de informações fornecidas pela universidade.

Atualmente, a Universidade Federal de Lavras (Ufla) ficou classificada em 2º lugar entre as melhores universidades públicas e privadas do Brasil e a 1ª em Minas Gerais de acordo com o IGC (Índices Gerais de Cursos das Instituições), dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)⁵. Ocupa a primeira posição no estado de Minas Gerais na captação de recursos, formação de pesquisadores e produção intelectual em Ciência e Tecnologia.

Para o embasamento teórico deste trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com intuito de identificar as melhores diretrizes para desenvolver as políticas de criação e gestão de RI e também analisar as experiências de outras instituições para posterior implantação de um repositório na Ufla.

A implantação do RI na Ufla será mediante a adesão ao edital do Ibict. O projeto será definido em duas fases: planejamento e implementação. A primeira contempla as fases de definição de equipes, de hardware e software, custos do projeto e treinamento; na segunda serão definidas as políticas, a divulgação e a implantação do piloto, envolvendo inicialmente um departamento. A equipe constituída será multidisciplinar e composta por 3 bibliotecários, 1 técnico em informática e 1 assistente em administração. A instituição deverá usar o kit tecnológico disponibilizado pelo Ibict, composto por 1 servidor pré-formatado e configurado com o sistema operacional baseado na plataforma Unix/Linux, com os softwares Apache, MySQL, PHP, Dspace e SEER. A implantação, a responsabilidade de manutenção e o gerenciamento ficarão a cargo da Biblioteca Universitária da Ufla.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da universidade, a Ufla conta com 26 cursos de Pós-graduação entre mestrado e doutorado, 87 grupos de pesquisa que atuam em mais de 400 linhas, desenvolvendo cerca de 1.200 projetos. Possui 147 professores bolsistas de Produtividade em Pesquisa/CNPq, ou seja, 36% do número de doutores que publicaram em média dos últimos cinco anos, 3,7 artigos/docente/ano. Ainda considerando todo o corpo docente, foram obtidas 5,9 publicações/ano quando consideradas também outras produções bibliográficas⁶.

Atendendo ao edital do Ibict em dezembro de 2011, a partir de informações fornecidas pela universidade, foi realizado um levantamento dos dados referentes a sua produção científica dos últimos cinco anos entre artigos, dissertações e teses, a quantidade de revistas e de livros publicados, a relação de cursos de pós-graduação, o levantamento de bolsistas produtividade e a proposta de cronograma de implantação do projeto piloto. A partir dessas informações, foi identificada a amostra que será depositaria do RI/Ufla.

⁵ Disponível em: <<http://www.ufla.br/ascom/index.php/2011/11/divulgado-igcmec-2010-ufla-e-1-de-minas-e-2-do-pais/>>. Acesso em: 4 dez. 2011.

⁶ (PDI, aprovado em 19 de maio de 2011).

Tabela 1 - Série histórica da produção científica da Ufla 2007/2011

Tipos de documentos da produção científica	2007	2008	2009	2010	2011
Livros	2	21	10	8	12
Teses produzidas nos programas de pós-graduação	18	23	128	101	96
Dissertações produzidas nos programas de pós-graduação	73	246	291	250	228
T O T A L	93	290	429	269	336

Fonte: Arquivos da Universidade Federal de Lavras (2012)

Além disso, foi encaminhado um termo de compromisso institucional assinado pelo reitor, no qual a universidade se propõe: a) promover e viabilizar as ações necessárias para a implantação do RI compatível com o modelo de interoperabilidade Open Archives; b) estabelecer uma política institucional de informação visando garantir a alimentação do RI por parte de seus pesquisadores após a contratação do projeto; c) constituir e manter uma equipe composta por técnicos de informação e informática que se responsabilizará pela implantação e operação do RI; d) manter conexão permanente com a Internet para garantir o acesso ao RI, a fim de possibilitar a coleta automática periódica de metadados a ser realizada pelo Ibict.

A partir daí, foi elaborada a Política Institucional de Informação do RI/Ufla em que consta a política de conteúdo, a política de submissão/depósito, a política de acesso à informação, a política de preservação digital. Nela são abordados os critérios de disponibilização e elaboração das linhas de trabalho para sensibilização e divulgação do projeto à comunidade científica.

A proposta do edital enfatiza que a criação do RI deve ser institucional, ou seja, deve ser da instituição como um todo. Mas a metodologia de implantação pode ser gradual, de departamento para departamento, desde que haja a garantia de que ao longo do tempo todos os pesquisadores da instituição estarão depositando os seus resultados de pesquisa. Na Ufla, a implantação do RI será gradual, começando pelo Departamento de Administração e Economia e posteriormente nos outros departamentos.

Após a implantação do RI/Ufla, previsto para 2012, todos os pesquisadores da instituição deverão depositar sua produção científica, conforme política de depósito obrigatório. Quanto aos artigos científicos e trabalhos de eventos, esses pesquisadores deverão entregar seus arquivos à Biblioteca da Ufla para serem inseridos no RI até o prazo máximo de seis (6) meses a partir da data de sua publicação.

Para assegurar a sustentabilidade do projeto, ele conta com o apoio da alta administração da universidade, pois os objetivos do repositório institucional estão alinhados ao PDI/2011-2015 e com o planejamento acadêmico institucional.

4 Resultados esperados

Com a implantação do RI na Ufla, espera-se que sejam alcançados os seguintes resultados:

- a) oferecer à comunidade universitária um espaço para armazenar a informação produzida, divulgando suas pesquisas científicas;
- b) preservar a produção científica, acadêmica e corporativa da instituição, garantindo a sua memória histórica;
- c) fornecer indicadores sobre o rendimento científico da universidade;
- d) reduzir as possibilidades de plágios, pois ao disseminar amplamente, favorece o registro da autoria;
- e) gerenciar os direitos de propriedade intelectual da instituição;
- f) permitir a transparência e a governança na administração dos recursos alocados à pesquisa científica, visando otimizar os gastos públicos com a ciência.

5 Considerações parciais

Em resposta às demandas do ambiente digital em rede e aos problemas quanto ao acesso e divulgação das pesquisas científicas, os repositórios institucionais estão atualmente se tornando uma ferramenta estratégica para as universidades e as bibliotecas, promovendo a visibilidade e o acesso à produção científica.

A partir do trabalho de conclusão do mestrado profissional em Administração Pública, será possível articular diferentes instâncias, pessoas e especialistas na Ufla, em prol do objetivo do projeto que é disponibilizar a produção científica e acadêmica da Ufla, a nível nacional e internacional, com acesso livre para toda comunidade.

Enfim, até o momento, foi possível cumprir a etapa de planejamento e com a implantação do RI, a Ufla estará inserida no movimento do acesso livre, proporcionando visibilidade as suas publicações e transparências dos investimentos em suas pesquisas.

É importante ressaltar a documentação desse processo de implantação como registro histórico e aprendizado de outras instituições que estejam trilhando o mesmo caminho. Ressaltar os ganhos com a execução do projeto e a padronização dos dados.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). **Portaria nº 013**, de 15 de fevereiro de 2006. Institui a divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado reconhecidos. Disponível em: <http://www.bdtd.ufba.br/portaria_013_2006.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2012.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COSTA, S. M. de S.; LEITE, F. C. L. Insumos conceituais e práticos para iniciativas de repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica em bibliotecas de pesquisa. In: SAYÃO, L. et al. (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 163-202.

GIDDENS, A. **A terceira via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 1999.

JOHNSON, R. K. Partnering with faculty to enhance scholarly communication.

D-Lib Magazine, [S.l.], v. 8, n. 11, Nov. 2002. Disponível em: <<http://www.dlib.org/dlib/november02/johnson/11johnson.html>>. Acesso em: 3 abr. 2012.

KURAMOTO, H. Implantação de repositórios institucionais em universidades e instituições de pesquisa do Brasil: do projeto ao processo. In: GOMES, M. J.; ROSA, F. (Org.). **Repositórios institucionais**: democratizando o acesso ao conhecimento. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 61-70.

LEITE, F. C. L. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília: IBICT, 2009.

LYNCH, C. A. Institutional Repositories: essential infrastructure for scholarship in the **Digital Age**, Washington, n. 226, p. 1-7, Feb. 2003. Disponível em: <<http://www.arl.org/resources/pubs/br/br226/br226ir.shtml>>. Acesso em: 4 abr. 2012.

MACIAS-CHAPULA, C. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 134-140, maio/ago. 1998. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/342>>. Acesso em: 15 mar. 2012.



MARCONDES, C. H.; SAYÃO, L. F. À guisa de introdução: repositórios institucionais e livre acesso. In: SAYÃO, L. et al. (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 9-21.

REGISTRY OF OPEN ACCESS REPOSITORIES. Disponível em: <http://repositories.webometrics.info/about_rank.html>. Acesso em: 2 dez. 2011.

ROLLEMBERG, R. **Projeto de lei**. Dispõe sobre o processo de registro e disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de educação superior, bem como as unidades de pesquisa no Brasil e dá outras providências. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/mate-pdf/93063.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2011.

ROSA, F.; MEIRELLES, R. F.; PALACIOS, M. Repositório institucional da Universidade Federal da Bahia: implantação e acompanhamento. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 129-141, jan./abr. 2011.

SANTOS, B. de S. **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SILVA, A. M. F. **Sociedade da informação**. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2007. Disponível em: <<http://www4.fe.uc.pt/fontes/trabalhos/2007011.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2011-2015**. Disponível em: <<http://ufla.br/pdi/>>. Acesso em: 13 mar. 2012.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.